

**A VISÃO DOS ESTUDANTES SOBRE O PAPEL DO GUIA NA PRESERVAÇÃO
DA IDENTIDADE CULTURAL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS: UM
ESTUDO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO NA AMAZÔNIA**

**STUDENTS' VIEWS ON THE GUIDE'S ROLE IN PRESERVING THE
CULTURAL IDENTITY OF TRADITIONAL COMMUNITIES: A STUDY IN AN
EDUCATIONAL INSTITUTION IN THE AMAZON**

**OPINIONES DE LOS ESTUDIANTES SOBRE EL PAPEL DEL GUÍA EN LA
PRESERVACIÓN DE LA IDENTIDAD CULTURAL DE LAS COMUNIDADES
TRADICIONALES: UN ESTUDIO EN UNA INSTITUCIÓN EDUCATIVA DE LA
AMAZONÍA**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-309>

Data de submissão: 30/08/2025

Data de publicação: 30/09/2025

Simone Lobato Ferreira da Cruz

Mestrado em Processos Construtivos e Saneamento Urbano

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

E-mail: simone.cruz@ifpa.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2828-0887>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2143202026937348>

Daniel Clarismundo Borges

Mestrado em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

E-mail: daniel.borges@ifrj.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3186-515X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0792421211737921>

Pedro Rodrigues de Sá

Especialização em Oracle Database

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

E-mail: pedro.sa@ifpa.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3445-0259>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3783745517420527>

Maria Edinelma Maciel da Silva Ferreira

Mestrado em Educação

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

E-mail: edinelma.maciel@ifpa.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1225-7973>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5181939176360146>

Ellen Peixoto Pinon Friaes

Mestrado em Processos Construtivos e Saneamento Urbano

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

E-mail: ellen.pinon@ifpa.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1490-6108>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9211461607020445>

Louise Cristhine Monteiro Silva da Silva

Especialização em Educação Matemática

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

E-mail: louise.silva@ifpa.edu.br

Patrick Félix Almeida da Silva

Especialização em Rede de Computadores

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

E-mail: patrick.felix@ifpa.edu.br

Cinara Estrela

Mestrado em Processos Construtivos e Saneamento Urbano

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

E-mail: cinara.estrela@ifpa.edu.br

Aline Evellyn Maciel de Oliveira e Silva

Mestrado em Linguística

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

E-mail: evellyn.maciel@ifpa.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7255401341844822>

Ivanita Bentes Sousa

Mestrado em Letras

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

E-mail: ivanita.bentes@ifpa.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-1093-8697>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2255713023815415>

Mauro Marinho da Silva

Mestrado em Educação

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

E-mail: mauro.marinho@ifpa.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7065-9383>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/90269297978242>

Márcio Luiz Repolho Picanço

Mestre em Gestão Pública

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

E-mail: marcio.picanco@ifpa.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2521-2811>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0243791184560970>

Wellington Conceição da Silva

Instituição: Instituto de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Pará

E-mail: wellington.medvet@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9287-0465>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0227261030426290>

Raimundo Nonato Colares Camargo Júnior

Mestre em Ciência Animal

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

E-mail: camargo.jr@ifpa.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2362-3625>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1425146623370051>

RESUMO

Este estudo é de natureza exploratória, com abordagem quantitativa e qualitativa, e que analisa a percepção dos estudantes do curso técnico em guia de turismo sobre o papel do guia na preservação da identidade cultural de comunidades tradicionais. Como instrumento de coleta de dados, foram utilizadas entrevistas presenciais por meio de questionários semiestruturados, compostos por nove questões, sendo duas abertas e sete fechadas, organizadas em dois blocos: I – Dados sociodemográficos (quatro questões); e II – Formação e percepções (cinco questões). O questionário foi aplicado a 34 discentes finalistas do IFPA – Campus Santarém. Dentre os resultados, estão a maioria dos estudantes sendo do sexo feminino, considerando que o curso oferece formação adequada para atuar com esse público, e reconhecendo a importância do guia na valorização e divulgação da cultura tradicional.

Palavras-chave: Guia de Turismo. Comunidades Tradicionais. Formação Técnica. Amazônia.

ABSTRACT

This exploratory study, with both a quantitative and qualitative approach, analyzes the perceptions of students in the technical course in tourist guidance regarding the role of the guide in preserving the cultural identity of traditional communities. The data collection instrument was in-person interviews using semi-structured questionnaires consisting of nine questions (two open-ended and seven closed-ended), organized into two sections: I – Sociodemographic data (four questions); and II – Training and perceptions (five questions). The questionnaire was administered to 34 final-year students at IFPA – Santarém Campus. The results indicate that the majority of students are female, considering that the course offers adequate training for working with this population and recognizing the importance of the guide in valuing and promoting traditional culture.

Keywords: Tourist Guide. Traditional Communities. Technical Training. Amazon.

RESUMEN

Este estudio exploratorio, con un enfoque cuantitativo y cualitativo, analiza las percepciones de los estudiantes del curso técnico de orientación turística sobre el papel del guía en la preservación de la identidad cultural de las comunidades tradicionales. El instrumento de recolección de datos consistió en entrevistas personales mediante cuestionarios semiestructurados de nueve preguntas (dos abiertas y siete cerradas), organizadas en dos secciones: I – Datos sociodemográficos (cuatro preguntas); y II – Formación y percepciones (cinco preguntas). El cuestionario se administró a 34 estudiantes de último año del IFPA – Campus Santarém. Los resultados indican que la mayoría de los estudiantes

son mujeres, considerando que el curso ofrece una formación adecuada para trabajar con esta población y reconoce la importancia del guía en la valoración y promoción de la cultura tradicional.

Palabras clave: Guía Turístico. Comunidades Tradicionales. Formación Técnica. Amazonía.

1 INTRODUÇÃO

O turismo, enquanto prática sociocultural, envolve o encontro entre diferentes mundos, linguagens e modos de vida. A orientação contemporânea da atividade indica que os turistas buscam por práticas sustentáveis que unam o desenvolvimento econômico à conservação ambiental e ao equilíbrio social (PRADO; ANDRADE; FACCIOLI, 2004); (KINKER, 2002). Segundo Poon (1993), os responsáveis por essa tendência são os chamados “novos turistas”, que possuem maior experiência e demonstram maior envolvimento com questões sociais e éticas, além de serem independentes e flexíveis.

Diante disso, tem-se observado um interesse crescente desses indivíduos pelas comunidades tradicionais, que preservam saberes ancestrais, modos de vida singulares e práticas culturais que resistem à uniformização imposta pela globalização. Essas comunidades possuem forte identidade cultural, expressa em características como a língua, as relações sociais, os ritos e cerimônias, os costumes, os sistemas de valores e as crenças (ARNAUDO; CORBELLA, 2013); (SCHOUTEN, 2007).

Nesse processo, o guia de turismo desempenha um papel fundamental como mediador entre visitantes e sociedades locais, especialmente no contexto das comunidades tradicionais e, em particular, na região amazônica, onde, segundo Colares (2018), há grande diversidade cultural. Diante disso, torna-se ainda mais relevante refletir sobre a atuação profissional do guia como agente de valorização das identidades locais.

Para tanto, a formação técnica do guia de turismo deve contemplar, além dos aspectos operacionais da atividade, outros temas essenciais, como identidade cultural, diversidade, relações interculturais e os direitos das populações tradicionais. Apesar da relevância da atuação desses profissionais tanto para a sustentabilidade ambiental quanto para o desenvolvimento das coletividades tradicionais, observa-se que temas relacionados à sua formação e atuação ainda são pouco explorados na literatura acadêmica.

Compreender como os futuros guias de turismo percebem seu papel na preservação das identidades culturais é fundamental para identificar lacunas na formação e propor avanços nos currículos dos cursos técnicos.

A presente pesquisa justifica-se, portanto, pela relevância social e educacional de refletir sobre o papel do guia de turismo como agente de valorização cultural, contribuindo para o aprimoramento da formação profissional e para o fomento de práticas turísticas mais responsáveis, respeitosas e integradas às realidades das comunidades visitadas. Ao dar voz aos estudantes, esta investigação

alinha-se a uma perspectiva crítica e participativa, promovendo o diálogo entre saberes acadêmicos, experiências formativas e demandas territoriais.

A partir disso, formulou-se a seguinte questão norteadora: apesar do reconhecimento da importância desse profissional, há lacunas na formação que dificultam uma atuação mais consciente e comprometida com a diversidade cultural em comunidades tradicionais?

Para responder a essa indagação, o presente estudo tem como objetivo geral analisar como os estudantes finalistas das duas turmas do curso técnico em Guia de Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) – Campus Santarém percebem seu futuro papel na preservação da identidade cultural de comunidades tradicionais. Para tal fim, busca-se, de forma específica, elaborar um breve perfil sociodemográfico dos estudantes; investigar a opinião dos discentes sobre a qualidade do curso na preparação para atuação em comunidades tradicionais; analisar suas percepções quanto ao papel do guia de turismo na preservação das culturas locais; averiguar suas avaliações sobre a capacitação técnica para esse contexto; verificar a presença de conteúdos voltados à diversidade cultural e à valorização das identidades locais no currículo do curso; e levantar os principais desafios apontados pelos estudantes quanto à atuação do guia de turismo em contextos comunitários tradicionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS COMUNIDADES TRADICIONAIS E O TURISMO

As comunidades tradicionais são grupos organizados socialmente que sustentam formas particulares de relação com o território, práticas culturais ancestrais, modos de vida próprios e saberes transmitidos de forma oral entre gerações. Essas comunidades possuem identidades coletivas fortemente vinculadas a sistemas simbólicos, práticas produtivas sustentáveis e uma cosmovisão singular sobre a natureza e a coletividade (DIEGUES et al., 2000).

Sobre esses grupos, o Decreto Federal nº 6.040/2007 (BRASIL, 2007) que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, considera:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

Diegues et al. (2000) distinguem as populações tradicionais entre indígenas e não indígenas. Os primeiros possuem trajetória sociocultural própria, anterior à sociedade nacional, e falam línguas

originárias; já os não indígenas — como caiçaras, ribeirinhos amazônicos e sertanejos — utilizam o português, embora fortemente influenciados pelos indígenas em vocabulário e práticas como alimentação, cerâmica e pesca. Lima e Pozzobon (2005) ampliam essa classificação ao incluir ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, quilombolas, faxinalenses, quebradeiras de coco babaçu e ciganos, reconhecendo-os como detentores de conhecimentos fundamentais da diversidade sociocultural brasileira.

Essa diversidade impulsionou a expansão do turismo em comunidades tradicionais, com turistas atraídos por experiências culturais autênticas. Nesse contexto, surge o turismo de base comunitária, vinculado ao Ecoturismo, que valoriza a gestão comunitária da visitação e busca gerar benefícios coletivos, qualidade de vida e uso sustentável dos recursos (BRASIL, 2019; WWF, 2001; MALDONADO, 2009; SAMPAIO, 2007; HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011; ABETA, 2010). Quando realizado com participação comunitária, esse modelo contribui para o reconhecimento das identidades locais, a geração de renda e a preservação cultural (DIAS, 2008; BRASIL, 2010).

Entretanto, o turismo também pode representar riscos, sobretudo quando imposto ou desvinculado da realidade local, podendo provocar aculturação, descaracterização simbólica e mercantilização das práticas culturais (HALL, 2005; BENI, 2007; KASHIMOTO; MARINHO; RUSSEFF, 2002).

Diante disso, para que haja a sustentabilidade no turismo em comunidades tradicionais faz-se necessária uma abordagem integrada e colaborativa entre todos os atores da cadeia turística: operadoras, agências, comunidade e guias de turismo. (MIELKE; PEGAS, 2013); (BARRETO; LANZARINI, 2023).

2.2 ASPECTOS TEÓRICOS E JURÍDICOS DA ATUAÇÃO DO GUIA DE TURISMO

O guia de turismo é compreendido como um profissional multifuncional, cuja atuação envolve promover a harmonia entre turistas e comunidades receptoras, conduzindo a visitação em todas as suas etapas, valorizando os recursos e atrativos do destino e orientando os visitantes quanto às normas de uso e conduta (CHIMENTI; TAVARES, 2007; TRIGO, 2019; VALLE, 2004). Nesse sentido, configura-se como mediador das relações estabelecidas entre turistas e comunidades locais, inserindo-se na interface entre os diferentes atores que participam da oferta e da demanda por serviços turísticos (HOLLOWAY, 1981; RABOTIĆ, 2010; PEREZ, 2009).

Dotado da capacidade de reduzir inseguranças e criar vínculos, o guia atua como elo entre viajantes e territórios desconhecidos, estabelecendo conexões com múltiplos públicos — turistas, moradores locais e prestadores de serviços — e apresentando pontos de interesse de modo a

proporcionar experiências significativas, impressões positivas e memórias duradouras (SCHMIDT, 1979). Essa atribuição torna-se ainda mais relevante em comunidades tradicionais, onde se requer não apenas conhecimento técnico, mas também sensibilidade, ética e respeito à diversidade cultural, cabendo ao guia exercer o papel de mediador intercultural, capaz de traduzir e interpretar realidades socioculturais sem reduzi-las a estereótipos (FELDMAN; SKINNER, 2018).

No campo jurídico, a profissão de guia de turismo foi regulamentada pela Lei nº 8.623/1993, sendo até hoje a única atividade do setor turístico formalmente reconhecida no Brasil. De acordo com a referida lei, os guias são profissionais devidamente cadastrados no Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e autorizados a acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos em visitas e excursões de caráter municipal, estadual, interestadual, internacional ou especializado (BRASIL, 1993a).

O Decreto nº 946/1993 regulamentou a Lei nº 8.623/1993, estabelecendo critérios para habilitação, categorias de atuação (regional, nacional, internacional e especializado) e requisitos mínimos, como a idade (18 anos para guias regionais e 21 anos para nacionais/internacionais) e a obrigatoriedade de curso técnico reconhecido pela EMBRATUR ou graduação em Turismo (BRASIL, 1993b). Em 2001, a Deliberação Normativa nº 427 da EMBRATUR definiu parâmetros de avaliação para os cursos técnicos, enquanto a Lei nº 11.771/2008, conhecida como “Lei Geral do Turismo”, estruturou a Política Nacional de Turismo, atribuindo ao Estado a função de planejar, regulamentar e fomentar o setor, ainda que sem reconhecer explicitamente o guia como prestador autônomo (BRASIL, 2001; BRASIL, 2008a).

Posteriormente, a Portaria MTur nº 130/2011 instituiu o CADASTUR, incorporando os guias de turismo como prestadores de serviços turísticos e permitindo seu enquadramento como Microempreendedores Individuais (MEI) (BRASIL, 2011). Já a Portaria nº 27/2014 detalhou deveres, critérios de cadastro e mecanismos de fiscalização, exigindo certificado técnico e inscrição junto ao Ministério do Turismo (BRASIL, 2014). Mais recentemente, a Portaria nº 37/2021 modernizou o processo de cadastramento, tornando-o exclusivamente online, além de reforçar a fiscalização e estabelecer penalidades, como advertência ou cancelamento do registro, condicionando o exercício profissional à inscrição no CADASTUR e à comprovação de formação específica (BRASIL, 2021).

Apesar dos avanços normativos, destaca-se que a atuação do guia exige, além da regularização legal, sólida qualificação técnica e preparo para enfrentar situações imprevistas (SERRA, 2008).

2.3 O GUIA DE TURISMO E A FORMAÇÃO TÉCNICA

Nos últimos anos, o papel do guia de turismo deixou de restringir-se à mera transmissão de informações, passando a exigir competências mais amplas, como a interpretação e a comunicação intercultural, a contextualização histórica e cultural, a mediação de experiências e a gestão do comportamento dos visitantes. Essas habilidades são fundamentais para assegurar uma interação qualificada e sustentável entre turistas, comunidades locais e patrimônios (WEILER; BLACK, 2015). Nesse sentido, cabe às instituições formais de ensino técnico promoverem a formação que integre conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários à condução eficiente de roteiros turísticos. A qualificação sólida dos guias é estratégica tanto para a satisfação dos visitantes quanto para o êxito da atividade turística (BRASIL, 1999; LEITE; SOARES, 2016).

A formação técnica de guias de turismo no Brasil iniciou-se na década de 1960, por meio do SENAC, em cursos presenciais de alto custo e concentrados nas capitais. O processo de profissionalização avançou significativamente com a inclusão dessa habilitação no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), em 2008, que estabeleceu carga mínima de 800 horas. A criação dos Institutos Federais, pela Lei nº 11.892/2008, ampliou o acesso gratuito e descentralizado à formação, tanto na modalidade presencial quanto a distância. A versão de 2020 do CNCT trouxe maior detalhamento sobre competências, áreas de atuação e requisitos formativos (SERRA; COSTA, 2021; BRASIL, 2008b; BRASIL, 2020).

O itinerário formativo deve priorizar conteúdos de geografia, história e línguas estrangeiras, considerados essenciais para a qualidade e a segurança da orientação prestada. A ausência desses conhecimentos compromete o serviço oferecido e a imagem dos destinos (SERRA; COSTA, 2021). A formação, regulada por órgãos como MEC/SETEC e Ministério do Turismo, segue parâmetros gerais sem, contudo, definir uma matriz curricular única. Assim, cada instituição elabora seu próprio Projeto Pedagógico de Curso (PPC), respeitando a carga mínima de 800 horas (LEITE; RISTOW, 2018). Atualmente, 549 instituições públicas e privadas ofertam o curso em diferentes modalidades, entre elas diversos Institutos Federais (BRASIL, 2024).

No Instituto Federal do Pará (IFPA), Campus Santarém, o Curso Técnico em Guia de Turismo, modalidade subsequente, é oferecido no turno da noite desde 2010, com carga horária inicial de 810 horas. Ao longo de sua trajetória, passou por sucessivas atualizações nos PPCs: a carga foi ampliada para 1.050 horas em 2012, ajustada para 920 horas em 2016 e, posteriormente, redefinida para 800 horas em 2024, distribuídas em dois semestres, em conformidade com o mínimo previsto no CNCT (IFPA, 2010; IFPA, 2012; IFPA, 2016; IFPA, 2024; BRASIL, 2024).

O currículo atual contempla núcleos básicos, tecnológicos e políticos, abrangendo disciplinas como História e Geografia Regional, Línguas Estrangeiras, Teoria e Técnica de Guiamento, Elaboração de Roteiros, Patrimônio e Turismo, Gestão de Empreendimentos Turísticos, Ecologia e Ecoturismo na Amazônia, além de práticas integradoras em guiamento, hospitalidade e legislação aplicada ao turismo (IFPA, 2024).

Quanto aos objetivos, o curso visa formar profissionais com visão crítico-reflexiva do fenômeno turístico, capazes de desenvolver competências em planejamento e gestão no guiamento de pessoas, com atuação pautada na conservação do patrimônio natural e cultural, orientada por princípios éticos e socioambientais. Entre os objetivos específicos, destacam-se: planejar e executar roteiros e itinerários turísticos; acompanhar e orientar visitantes em diferentes modalidades de excursões; fornecer informações socioculturais, históricas, ambientais e geográficas; conduzir procedimentos de embarque e desembarque de acordo com as normas vigentes; estimular atitudes empreendedoras; promover valores éticos e de preservação do patrimônio; e mediar as relações entre turistas, comunidades e prestadores de serviços (IFPA, 2024).

3 METODOLOGIA

Este estudo é de natureza exploratória, voltado à clarificação de conceitos e formulação de hipóteses para investigações futuras (GIL, 2006). Adotou-se abordagem quali-quantitativa, que permite tanto a análise de proporções e variáveis (MIRANDA, 1998) quanto a compreensão de significados, valores e atitudes dos sujeitos sociais, conforme destaca Minayo (2010).

Os procedimentos incluíram uma revisão bibliográfica com base em livros, documentos oficiais e artigos científicos, além de uma pesquisa de campo com aplicação de questionários e entrevistas a indivíduos selecionados segundo a disponibilidade em participar da pesquisa, assegurando a combinação entre fundamentação teórica e dados empíricos (GIL, 2006; FONSECA, 2002).

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas presenciais, conduzidas em duas ocasiões distintas no mês de abril de 2025, nas dependências do Instituto. Para tanto, utilizou-se um questionário composto por nove questões, sendo duas abertas e sete fechadas, distribuídas em dois blocos: I – Dados sociodemográficos (quatro questões); e II – Formação de percepções (cinco questões). Os dados de natureza quantitativa foram organizados e analisados com o auxílio do software Microsoft Excel. Já os dados qualitativos foram submetidos à análise de conteúdo, conforme a técnica proposta por Bardin (2011), com base na categorização temática das principais percepções manifestadas pelos entrevistados.

A população investigada é composta por discentes de duas turmas do último semestre do curso técnico em Guia de Turismo, oferecido pelo Instituto Federal do Pará – Campus Santarém, totalizando 43 estudantes de ambos os sexos. Do total, 34 alunos participaram efetivamente da pesquisa, o que representa aproximadamente 79,07% do universo amostral. Tal percentual situa-se acima do intervalo de confiança de 68% recomendado por Pinheiro et al. (2006) para pesquisas na área das Ciências Sociais, conforme verificado por meio da Equação :

$$n = \frac{s^2 \cdot z^2 \cdot N}{(s^2 \cdot z^2 + e^2) \cdot (N - 1)} \quad (1)$$

Sendo n o tamanho da amostra; N o tamanho do universo; S^2 a variância da amostra; Z o desvio padrão relacionado ao intervalo de confiança; e e o valor de tolerância em relação aos resultados da pesquisa (erro amostral).

Em relação aos aspectos éticos, a pesquisa observou os preceitos da Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2013), mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes. O anonimato e a confidencialidade das informações prestadas foram rigorosamente assegurados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos questionários foi organizada em uma tabela para os dados quantitativos (Tabela 1), contemplando informações sociodemográficas dos estudantes, sua percepção sobre a formação e o preparo para atuar em comunidades tradicionais. Os dados qualitativos foram agrupados em duas categorias: Percepções sobre o papel do guia (Quadro 2) e desafios da atuação junto às comunidades tradicionais (Quadro 3).

4.1 DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

A maioria dos entrevistados (47,1%) tem entre 20 e 30 anos, caracterizando o grupo como formado principalmente por jovens adultos; 23,5% têm entre 31 e 40 anos, 17,6% acima de 41 e apenas 11,8% até 20 anos. Verificou-se predominância feminina (67,6%), tendência também observada por Alves (2022), que aponta maior presença de mulheres na área de guiamento turístico. Em relação ao mercado de trabalho, 67,6% dos alunos não estavam empregados; dos 32,4% que trabalham, apenas um atua diretamente no turismo, evidenciando descompasso entre formação e inserção imediata.

4.2 FORMAÇÃO E PERCEPÇÕES

A metade dos estudantes considera que o curso prepara adequadamente para atuar em comunidades tradicionais, enquanto 44,1% avaliam que esse preparo é apenas parcial, e 5,9% o julgam insuficiente. Netto (2021) reforça a pertinência dessa avaliação ao indicar que a formação do guia deve desenvolver competências voltadas ao desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

Quanto à capacidade de apresentar elementos culturais, 50% dos discentes declararam estar preparados e 47,1% parcialmente aptos, o que aponta para percepção de competência, ainda que com lacunas. Nesse sentido, Serra e Costa (2021) ressaltam a importância de uma formação integrada que envolva comunicação interpessoal, mediação de conflitos e sensibilidade cultural.

Sobre a inserção de conteúdos voltados à cultura local, 79,4% confirmaram já ter vivenciado disciplinas ou atividades nesse eixo, enquanto 20,6% afirmaram não ter tido acesso. Leite e Hellmann (2022) defendem a relevância dessa prática ao indicar que a valorização da cultura local fortalece a sustentabilidade, melhora a experiência turística e responde à demanda por destinos responsáveis.

Tabela 1 – Dados quantitativos da pesquisa

Variável	Categoría	Frequência	Percentual
Faixa etária	18 a 20 anos	4	11,8%
	20 a 30 anos	16	47,1%
	31 a 40 anos	8	23,5%
	41 anos ou mais	6	17,6%
Sexo	Feminino	23	67,6%
	Masculino	11	32,4%
Emprego	Sim	11	32,4%
	Não	23	67,6%
Empregado na área do turismo	Sim	1	9,1% (entre os empregados)
	Não	10	90,9% (entre os empregados)
Formação prepara para comunidades tradicionais	Sim	17	50,0%
	Parcialmente	15	44,1%
	Não	2	5,9%
Preparado(a) para apresentar elementos culturais	Sim	17	50,0%
	Parcialmente	16	47,1%
	Não	1	2,9%
Disciplinas sobre culturas locais	Sim	27	79,4%
	Não	7	20,6%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Após a aplicação da análise de conteúdo de Bardin (2011), os dados qualitativos foram organizados da seguinte maneira: opiniões dos entrevistados sobre o papel do guia na preservação das culturas tradicionais (Quadro 2) e os principais desafios enfrentados nesse contexto (Quadro 3).

A análise qualitativa mostra que os estudantes reconhecem o guia como mediador cultural, responsável por interpretar e transmitir saberes e valores das comunidades, reforçando sua função educativa e de representação cultural, em concordância com Meira e Batista (2023). Também destacam sua atuação na valorização e divulgação das culturas tradicionais, na preservação da memória coletiva e na promoção do desenvolvimento sustentável. Em menor escala, apontam a necessidade de articulação de parcerias com as comunidades, além da valorização da formação técnica, convergindo com Leite e Hellmann (2022). Apenas um estudante não respondeu, o que demonstra amplo engajamento com o tema.

Quadro 2 -Papel do Guia de Turismo na Preservação das Culturas Tradicionais

Categoría	Frequência	Exemplo de Resposta
Mediação cultural e interpretação	Resposta 10; Resposta 15; Resposta 17; Resposta 20; Resposta 30; Resposta 31	Resposta 10 - É o elo entre o turista e a comunidade local, sendo responsável por interpretar e transmitir os saberes, costumes e valores culturais de forma fiel, respeitosa e educativa.
Valorização e divulgação da cultura local	Resposta 2; Resposta 4; Resposta 5; Resposta 7; Resposta 11; Resposta 12; Resposta 14; Resposta 21; Resposta 22; Resposta 23; Resposta 24; Resposta 25; Resposta 26; Resposta 28; Resposta 29; Resposta 33	Resposta 2 - O guia de turismo deve educar o visitante sobre os valores, costumes e história das comunidades locais. Incentivar o respeito às tradições e valorizar as manifestações culturais.
Preservação e transmissão do conhecimento	Resposta 6; Resposta 8; Resposta 9; Resposta 13; Resposta 18; Resposta 27; Resposta 32	Resposta 14 – Mantém a história viva repassando conhecimentos para os turistas e geração futura
Promoção do desenvolvimento sustentável e parcerias	Resposta 3; Resposta 16; Resposta 19	Resposta 3 – O papel do guia além de conhecer e valorizar as culturas tradicionais e apresentá-la aos seus clientes é fazer parcerias com as comunidades para também fazer do turismo uma fonte de renda nesses locais.
Conhecimento e formação do guia	Resposta 1	Resposta 1 – O guia de turismo deve ter o conhecimento das culturas tradicionais, pois assim deve obter e buscar conhecimentos em sua área de atuação.
Não respondeu	Não respondeu – 1 entrevistado	Não respondeu – 1 entrevistado

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A análise das respostas em relação aos principais desafios enfrentados pelos guias no trabalho junto às comunidades tradicionais, revelou dificuldades práticas, estruturais e culturais enfrentadas pelos guias no turismo de base comunitária. Destacam-se a falta de capacitação e qualificação técnica,

a ausência de apoio governamental e políticas públicas, além das limitações de acesso e infraestrutura, que dificultam o planejamento de roteiros em áreas de mobilidade restrita. Ademais, o desconhecimento das culturas locais e a pouca vivência prática reforçam a necessidade de formações mais contextualizadas e de experiências de imersão nos territórios.

É importante ressaltar que a construção de um turismo responsável e sustentável requer o fortalecimento da governança local, a integração dos atores sociais e a gestão participativa, visando à descentralização das decisões e ao equilíbrio do poder, com atenção às particularidades de cada território. Cabe aos governos proverem infraestrutura, planejamento e zoneamento adequados, criando condições para o desenvolvimento sustentável do turismo. Apesar da predominância da iniciativa privada, é papel do poder público garantir esse cenário por meio de políticas, regulamentações e investimentos em serviços sociais e ambientais. (MARUYAMA; TRIGO; TRIGO, 2022; HULTMAN; HALL, 2012; PNUMA, 2005).

De forma complementar, foram mencionadas barreiras culturais e a resistência de algumas comunidades, o que ressalta a importância de uma postura ética e de respeito mútuo por parte do guia. Nesse contexto, emerge a necessidade de preparar não apenas os profissionais, mas também as próprias comunidades para lidar com o turismo, valorizando sua autonomia e participação ativa nos processos.

Quadro 3 - Principais desafios na atuação do guia junto a comunidades tradicionais

Categoría	Frequência	Exemplo de Resposta
Falta de capacitação e qualificação do guia	6	Resposta 1 – Principalmente a questão da preservação no local de atuação e a pouca procura por qualificação, onde muitos guias atuam sem a qualificação necessária.
Falta de apoio governamental e políticas públicas	6	Resposta 2 – Falta apoio do governo para o oferecimento de infraestrutura adequada e de políticas públicas que promovam um turismo sustentável e a valorização da cultura local.
Desafios de acesso e infraestrutura	3	Resposta 12 – O acesso é um dos principais desafios... pois todas as estradas são precárias... viagens de barco são muito demoradas...
Desconhecimento da cultura e pouca vivência nas comunidades	7	Resposta 3 – Buscar conhecer as comunidades... não tivemos interações com o turismo de base comunitária...
Conflitos culturais e resistência das comunidades	3	Resposta 14 – Algumas comunidades tentam afastar atividades turísticas para preservar sua cultura.

Desafios na promoção do turismo sustentável e preservação	7	Resposta 15 – Um dos maiores desafios é promover o turismo sem causar impactos negativos nas tradições, modo de vida e no meio ambiente...
Relacionamento e construção de parcerias	4	Resposta 5 – Necessidade de maior intercâmbio com as comunidades... maior capacitação de condutores para atuação junto aos guias...
Falta de preparo das comunidades para o turismo	2	Resposta 30 – Falta de qualificação da comunidade para trabalhar com turismo.
Não respondeu	1	Não respondeu – 1 entrevistado

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

5 CONCLUSÃO

A pesquisa buscou compreender as percepções dos estudantes concluintes do curso Técnico em Guia de Turismo do IFPA – Campus Santarém sobre sua formação e o papel do guia na preservação da identidade cultural em comunidades tradicionais. Os resultados evidenciaram avanços na inserção de conteúdos relacionados à cultura local no currículo, mas também apontaram lacunas na formação prática e na vivência direta com os territórios.

De modo geral, os discentes reconhecem o guia como mediador cultural, valorizador das tradições e promotor da diversidade, atribuindo-lhe também a função de preservação da memória coletiva e de fortalecimento do turismo sustentável. Esse entendimento reforça a importância do guia não apenas nas comunidades tradicionais, mas no turismo em geral, onde atua como elo fundamental entre visitantes, atrativos e sociedades anfitriãs. Sua prática ultrapassa a condução de roteiros, envolvendo dimensões educativas, interpretativas e éticas que contribuem para a qualificação da experiência turística e para o respeito às identidades locais.

Apesar desse reconhecimento, os estudantes destacaram desafios significativos, como a carência de qualificação técnica, a falta de infraestrutura adequada e a ausência de políticas públicas que assegurem o fortalecimento do turismo cultural sustentável. Isso evidencia a necessidade de uma formação mais integrada, que contemple tanto a dimensão técnica quanto o contato direto com as comunidades e seus modos de vida.

Como sugestão, ressalta-se a relevância de pesquisas comparativas entre currículos de cursos de guia de turismo em diferentes contextos da rede federal, além da inclusão das comunidades tradicionais como participantes ativas na avaliação formativa. Tais caminhos podem fortalecer uma formação mais ética, sensível e comprometida com o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis, contribuindo para que o guia exerça plenamente seu papel estratégico na mediação entre

visitantes e anfitriões, no cuidado com o patrimônio cultural e ambiental, e na promoção de experiências transformadoras.

Em síntese, reafirma-se que a valorização da formação técnica dos guias de turismo na Amazônia é essencial para fortalecer práticas sustentáveis, promover a justiça social e assegurar a preservação da diversidade cultural como patrimônio vivo da região.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ALVES, Taiane Ferreira. *A inserção dos Guias de Turismo no Mercado de Trabalho: um estudo sobre a categoria*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022. Disponível em:
<https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamumweb/vinculos/0000dd/0000dde6.pdf>. Acesso em: 16 mai. de 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA (ABETA); MINISTÉRIO DO TURISMO. Manual de boas práticas de acessibilidade em ecoturismo e turismo de aventura. Belo Horizonte: Ed. Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura, 2010. 40 p. (Série Aventura Segura). Disponível em: <https://abeta.tur.br/documento/manual-de-boas-praticas-de-acessibilidade-em-ecoturismo-e-turismo-de-aventura/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ARNAUDO, M. F.; CORBELLÀ, V. Análisis de la potencialidad de Monte Hermoso para lograr el desarrollo local a partir de bienes culturales. *Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo Local*, Málaga, Espanha, v. 6, n. 15, p. 1-11, dez. 2013. Disponível em : <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/100652>. Acesso em: 21 abr de 2025.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, L. M. T. S.; LANZARINI, R. (Coords.). Turismo responsável no Brasil: tendências, estratégias e fomento em sustentabilidade, turismo de base comunitária e segurança turística. Natal: UFRN/SEDIS, 2023. Disponível em: <https://acervo.ufrn.br/Record/ri-123456789-56891/Description>. Acesso em: 16 mai. de 2025.

BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 14. ed. São Paulo: SENAC, 2007.

BRASIL. Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993a. Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 jan. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8623.htm. Acesso em 21 abr de 2025.

BRASIL. Decreto nº 946, de 1º de outubro de 1993b. Regulamenta a Lei nº 8.623/1993. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 out. 1993. Disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d0946.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20946%2C%20DE%201%C2%BA,vista%20o%20disposto%20no%20art. Acesso em :21 abr 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 04/99, de 8 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF: MEC, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf. Acesso em: 5 mai. de 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Consultoria Legislativa. Deliberação Normativa nº 427, de 04 de outubro de 2001. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2001. Disponível em: <https://stsedactel.hml.rs.gov.br/guia>. Acesso em: 3 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 24 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008a. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm. Acesso em 02 mai. de 2025.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008b. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 5 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 130, de 26 de julho de 2011. Institui o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos – CADASTUR, o Comitê Consultivo do CADASTUR – CCCAD e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2011. Disponível em: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/portariamtur130_2011.htm. Acesso em: 03 mai. de 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur); SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (SEAD/UFSC). Turismo e sustentabilidade, formação de redes e ação municipal para regionalização do turismo. Brasília: MTur; Florianópolis: SEAD/UFSC, 2010. Disponível em: https://regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/turismo_e_sustentabilidade.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da saúde. Conselho nacional de saúde. Comissão nacional de ética em pesquisa. **Resolução nº196** de 96 - Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html> Acesso em: 12 mai. de 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 27, de 30 de janeiro de 2014. Estabelece requisitos e critérios para o exercício da atividade de Guia de Turismo e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-2/2014/portaria-no-27-de-30-de-janeiro-de-2014>. Acesso em: 3 maio 2025.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de base comunitária em unidades de conservação federais:** caderno de experiências (2019). Disponível em:

<https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/turismo_de_base_comun_itaria_em_ucs_caderno_de_experiencias.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. 4. ed. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-profissional-e-tecnologica/catologo-nacional-de-cursos-tecnicos>. Acesso em: 5 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 37, de 11 de novembro de 2021. Estabelece normas e condições para o exercício da atividade de Guia de Turismo e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-2/2021-1/portaria-mtur-no-37-de-11-de-novembro-de-2021>. Acesso em: 3 mai. de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 4 DE ABRIL DE 2024. Dispõe sobre a incorporação aos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos (CNCT) e de Cursos Superiores de Tecnologia (CST), de Áreas Tecnológicas aos respectivos Eixos Tecnológicos. Disponível em : <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-4-de-abril-de-2024-552526317> .Acesso em : 05 mai. de 2025.

CHIMENTI, S., TAVARES, A. M. Guia de Turismo: o profissional e a profissão. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

COLARES, Anselmo Alencar. Amazônia: para além do território. In: COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; PEREZ, José Roberto Rus; CARDOZO, Maria José Pires Barros (Orgs.). Revista Educação e Realidade Amazônica. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2018. v. 3. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_814b679c39cb4139be9cbb56b727c0fa.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

DIAS, R. Turismo sustentável e meio ambiente. São Paulo: Atlas, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos (org.); ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira; FERREIRA DA SILVA, Viviane Capezzuto; FIGOLS, Francisca Aida Barboza; ANDRADE, Daniela. Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; COBIO – Coordenadoria da Biodiversidade; NUPAUB – Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – Universidade de São Paulo, fev. 2000. Disponível em:
<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/123456789/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf> . Acesso em: 24 abr. 2025.

FELDMAN, Jackie; SKINNER, Jonathan. Tour guides as cultural mediators: performance and positioning. *Ethnologia Europaea: Journal of European Ethnology*, v. 48, n. 2, p. 5-13, 2018. DOI: 10.16995/ee.1955. Disponível em:
<https://pdfs.semanticscholar.org/7f01/a3b64a700d364ecc817c50bc14f4263acb5b.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2025.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2006.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALLACK, Nathália; BURGOS, Andrés; CARNEIRO, Daniela Maria Rocco. Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. Community-based tourism: state of the art and Brazilian experiences. 2011. Disponível em: https://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/11979/AS_11-12_2011_art_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y

HOLLOWAY, J. C. The guided tour: a sociological approach. *Annals of Tourism Research*, v. 8, n. 3, p. 377–402, 1981. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(81\)90005-0](https://doi.org/10.1016/0160-7383(81)90005-0). Acesso em: 30 abr. 2025.

HULTMAN, Johan; HALL, C. Michael. Tourism place-making: Governance of locality in Sweden. **Annals of Tourism Research**, v. 39, n. 2, p. 547-570, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0160738311001137>. Acesso em : 16 mai. de2025

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. Campus Santarém. Diretoria de Ensino. Projeto pedagógico do curso Técnico em Guia de Turismo: modalidade presencial, forma subsequente. Santarém, PA: IFPA, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. Campus Santarém. Diretoria de Ensino. Projeto pedagógico do curso Técnico em Guia de Turismo: modalidade presencial, forma subsequente. Santarém, PA: IFPA, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. Campus Santarém. Diretoria de Ensino. Projeto pedagógico do curso Técnico em Guia de Turismo: modalidade presencial, forma subsequente. Santarém, PA: IFPA, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. Campus Santarém. Diretoria de Ensino. Projeto pedagógico do curso Técnico em Guia de Turismo: modalidade presencial, forma subsequente. Santarém, PA: IFPA, 2024.

KASHIMOTO, E. M.; MARINHO, M.; RUSSEFF, I. Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, MS, v. 3, n. 4, p. 35-42, mar. 2002. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/575/613>. Acesso em 24 abr. de 2025
KINKER, S. **Ecoturismo e Conservação da natureza em Parques Nacionais**. Campinas: Papirus, 2002

LEITE, Fabiana Calçada de Lamare; SOARES, Maria Helena Alemany. Guia de turismo: da origem da profissão à formação profissional. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUASSU, 10., 2016, Foz do Iguaçu. Anais [...]. Foz do Iguaçu: [s.n.], 2016. Disponível em: <https://www.anaisforumturismoiuguassu.com.br/2018/09/anais-2016.html>. Acesso em: 5 mai. de 2025.

LEITE, F. C. DE L.; RISTOW, S. F. P. UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO GUIA DE TURISMO NOS INSTITUTOS FEDERAIS. *REVISTA EIXO*, v. 7, n. 1, p. 53-64, 29 jun. 2018. Disponível em :

<https://arquivorevistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/485> .Acesso em 5 mai. de 2025

LEITE, Fabiana Calçada de Lamare; HELLMANN, Risolete Maria. **Turismo em Florianópolis**: uma roda de conversa sobre preservação e sustentabilidade. Caminho Aberto. Revista de Extensão do IFSC, v. 16, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/article/view/3161> .Acesso em: 15 mai. de 2024.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 54, p. 45–76, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10070>.. Acesso em: 21 abr. 2025.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARUYAMA, U. G.; TRIGO, A. G.; TRIGO, J. A. Governança ambiental: transparência e efetividade de práticas sustentáveis em IES. **Liinc em Revista**, v. 18, 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5922> .Acesso em: 16 mai. de 2025

MEIRA, Celso Maciel de; BATISTA, Elizangela Divina Dias. Profissão de guia de turismo e legislação: análise comparativa dos instrumentos regulamentadores da profissão frente às alterações promovidas pela Portaria MTUR nº 37/2021. *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, v. 11, n. 1, p. 336–348, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/45786>. Acesso em: 15 mai. de 2025.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa; PEGAS, Fernanda Vasconcellos. Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, Brasil, v. 24, n. 1, p. 170–189, 2013. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v24i1p170-189. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rt/article/view/64176>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. (12^a edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MIRANDA, Simão de. Metodologia científica: os caminhos do saber. São Paulo, Papirus, 1998.

NETTO, Joviniano Pereira da Silva. **Indicadores de Sustentabilidade como suporte ao planejamento do turismo**: Aspectos conceituais e metodológicos. Rosa dos Ventos , v. 13, 2021, p. 260-269. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4735/473565472013/473565472013.pdf>. Acesso em: 15 mai. de 2025.

PEREZ, Xerardo, P. Turismo cultural: uma visão antropológica. El Sauzal (Tenerife, Espanha): ACA y PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, 2009. 307 p. Inclui bibliografia. Disponível em: <https://repositorio.utad.pt/server/api/core/bitstreams/d7d2f720-08c7-4a9b-abce-dacdfdec7487/content>. Acesso em: 3 maio 2025

PINHEIRO, R. M.; CASTRO, G. C. de; SILVA, H. H.; NUNES, J. M. G. **Comportamento do consumidor e pesquisa de mercado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

POON, A. Tourism, Technology, and Competitive Strategies. Harmondsworth, UK: CAB International, 1993.

PRADO, M. V. P., ANDRADE, J. R. L., FACCIOLO, G. G. **Turismo sustentável e capacidade de carga dos atrativos turísticos no município de Canindé do São Francisco/SE**: Uma reflexão dos aspectos metodológicos. Indaiatuba: Anppas, 2004. 11 p. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT15/marta_virginia.pdf>. Acesso 21 abr, de 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Making tourism more sustainable: a guide for policy makers**. 2005. v. 1. Disponível em: <https://doi.org/92-807-2507-6>. Acesso em: 16 mai. de 2025.

RABOTIĆ, Branislav. Professional tourist guiding: the importance of interpretation for tourist experiences. In: BIENNIAL INTERNATIONAL CONGRESS: NEW TRENDS IN TOURISM AND HOTEL MANAGEMENT, 20., 2010, Opatija. Anais [...]. Opatija: [s.n.], 2010. Disponível em: https://rabortic.tripod.com/Branislav_Rabotic/The_Importance_of_Interpretation_for_Tourist_Experiences.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

SAMPAIO, C. A. C. Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a socieconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário. Revista Turismo em Análise, São Paulo, nov. 2007. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/270642675_Turismo_como_Fenomeno_Humano_principios_para_pensar_a_ecossocioeconomia_do_turismo_e_sua_pratica_sob_a_denominacao_turismo_comunitario/citations. Acesso em: 24 abr. 2025.

SERRA, Monique de Oliveira. O guia de turismo e o roteiro integrado Jeri-Delta-Lençóis: análise e propostas para a logística do guia de turismo. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão. Curso de Turismo, São Luís, 2008. Disponível em :

<http://www.sbpcnet.org.br/livro/64ra/resumos/resumos/6469.htm> . Acesso em :28 abr. 2025.

SERRA, Monique de Oliveira; COSTA, Dayse. As competências profissionais do guia de turismo na rede federal técnica no Brasil. The professional competences of the tourism guide in the federal technical network in Brazil. Educte, Maceió, v. 12, n. 01, p. 1627–1646, 2021. ISSN 2238-9849. Disponível

em: https://www.researchgate.net/publication/335025039_As_competencias_do_guia_de_turismo_um_estudo_sobre_os_cursos_de_formacao_tecnica_no_Brasil. Acesso em: 9 maio 2025.

SCHMIDT, C. J. (1979). The guided tour: insulated adventure. *Urban Life*, 7(4), 441-467.

SCHOUTEN, F. Cultural tourism: between authenticity and globalization. In: RICHARDS, G. (org.). Cultural tourism: global and local perspectives. New York: Haworth Press, 2007

TRIGO, L. G. G. *Turismo básico*, 8^a ed. São Paulo: SENAC, 2019.

VALLE, Ivete Agostini de. A profissão de guia de turismo: conhecendo o passado e o presente para projetar o futuro. 2004. 103 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2004. Disponível em : https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/15185/1/Tese_Final.pdf . Acesso em: 16 mai. de 2025.

WEILER, B.; BLACK, R. Tour guiding research: insights, issues and implications. Bristol; Buffalo; Toronto: Channel View Publications, 2015.

WORLD WILDLIFE FUND (WWF) 2001. Guidelines for community-based ecotourism development. Disponível em: <https://wwf.panda.org/wwf_news/?12002/Guidelines-for-Community-based-Ecotourism-Development>. Acesso em: 05 abr. 2025.